

**A GOVERNAÇÃO DO
LOCAL AO CIBER: a
Ubuntu ecológica do
Sul Global**

THE LOCAL GOVERNANCE TO
CIBER: Ubuntu ecological of the
Global South

LA GOVERNACIÓN DEL LOCAL AL
CIBER: la Ubuntu ecológica del Sur
Global

Marcelo Souza Cleto^{1, 2}

RESUMO

O artigo coloca em debate as relações entre Estado e Sociedade sob a perspectiva da teoria e da *práxis* política contemporânea. Identifica-se a formação do Estado desde um ponto de existencial circunstanciado no Sul Global: (DUSSEL, 1977, 1986, 1993, 2007), (MIGNOLO, 2014) e (SANTOS; MENEZES, 2009). Aplicando o método analético e atento às transformações tecnológicas e comunicacionais da Transmodernidade, a reflexão apresenta os pressupostos do software livre e da plataforma Ubuntu como ambiente mediador possível. O artigo encerra-se alinhado à necessidade de se desenvolver novos arranjos ciberpolíticos que contenham substância: ecológica, colaborativa, inclusiva e de @utogestão.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberpolítica; Ubuntu; Transmoderno; Epistemologias do Sul; Desobediência Epistêmica.

¹ Bacharel em Sociologia e Política (ESPSP). Mestrado e Doutorado em Filosofia (PUC-SP). Atualmente professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: marceloscleto@uft.edu.br.

² Endereço de contato com o autor (por correio): Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Porto Nacional, R. 7, Qd 15, Jardim dos Ipês, CEP: 77500000 - Porto Nacional, TO – Brasil.

ABSTRACT

The article challenges the relations between State and Society from the perspective of contemporary political theory and *praxis*. The formation of the State is identified from a circumstantial existential point in the Global South: (DUSSEL, 1977, 1986, 1993, 2007), (MIGNOLO, 2014) and (SANTOS; MENEZES, 2009). Applying the analectical method and attentive to the technological and communicational transformations of Transmodernity, the reflection presents the assumptions of free software and the Ubuntu platform as a possible mediating environment. The article is aligned with the need to develop new cyber-political arrangements that contain substance: ecological, collaborative, inclusive and "self-management".

KEYWORDS: Cyberpolitics; Ubuntu; Transmodern; Epistemologies of the South; Epistemic Disobedience.

RESUMEN

El artículo pone en debate las relaciones entre Estado y Sociedad desde la perspectiva de la teoría y la *praxis* política contemporánea. Se identifica la formación del Estado desde un punto existencial circunstanciado en el Sur Global: (DUSSEL, 1977, 1986, 1993, 2007), (MIGNOLO, 2014) y (SANTOS; MENEZES, 2009). Aplicando el método analético y atento a las transformaciones tecnológicas y comunicacionales de la Transmodernidad, la reflexión presenta los presupuestos del software libre y de la plataforma Ubuntu como ambiente mediador posible. El artículo se alinea con la necesidad de desarrollar nuevos arreglos ciberpolíticos que contengan sustancia: ecológica, colaborativa, inclusiva y de autogestión.

PALABRAS CLAVE: Ciberpolítica; Ubuntu; Transmoderno; Epistemologías del Sur; Desobediencia Epistémica.

Recebido em: 30.09.2018. Aceito em: 18.11.2018. Publicado em: 14.01.2019.

“Os que mandam, mandam obedecendo”
(Máxima indígena mexicana)

Introdução

A premissa norteadora deste artigo está no reconhecimento das potencialidades apresentadas pelas tecnologias digitais em canalizar informações, facilitar a transparência e promover a participação com enorme capacidade de mobilização. Em vista destes novos padrões de mudança, a realidade exige a inclusão de mecanismos de descentralização política, uma vez que tais ferramentas facilitam o monitoramento por parte do cidadão das atividades públicas. Além do encaminhamento das vantagens que abrem caminho para maior participação; o que fortalece os processos participativos e democráticos, as chamadas tecnologias da informação e da comunicação ampliam o fluxo da construção colaborativa da política.

Como é sabido, as demandas políticas de amplos setores da sociedade veem convergindo na exigência de maior participação nas decisões públicas, tem-se em conjunto com esta pauta, a sobreposição tecnológica na vida contemporânea. Assim, cabe questionar, em que medida o desdobramento destas tensões democráticas abrem a possibilidade de se criar uma ciberdemocracia pluralista e inclusiva? Para melhor informar acerca da pergunta de partida, convém apresentar o *approach* teórico que subsidia a presente reflexão com vistas à *praxis*.

O fulcro central desta pesquisa pode ser encontrado no referencial teórico levado a termo pelas Epistemologias do Sul. Neste conjunto estão postas posições que tem debatido as relações entre Estado e Sociedade sob a perspectiva circunstanciada desde o Sul Global, de onde surge o referencial utilizado (DUSSEL, 1977, 1986, 1993, 2007), (MIGNOLO, 2014) e (SANTOS;

MENEZES, 2009). O recurso às obras supracitadas se mostra necessária por conta de suas atualidades enquanto referências do pensamento Transmoderno, estágio epocal onde o papel desempenhado pela cultura ciber tornou-se um paradigma inequívoco. Após a leitura conjuntural dos aspectos epistêmicos e políticos, o debate se encaminha na consideração das alternativas de autogoverno que almejam superar a forma e o conteúdo dos processos políticos usuais como é o caso do Fórum Social Mundial. Utilizando o referido suporte das Epistemologias do Sul e atento às transformações tecnológicas e comunicacionais, este artigo finaliza apresentando os pressupostos do software livre e das plataformas Ubuntu / Linux como ambientes mediadores possíveis.

Método analético

Método é um caminho, um horizonte antevisto que permite ao estudioso dar o passo possível, prejudgando a substância ética e a complexidade instrumental do método que se quer aplicar. Neste artigo, utiliza-se o método analético, desenvolvido pelo filósofo Enrique Dussel enquanto forma epistemológica que busca ir além, mais acima, em um nível mais alto (aná-) que o do método dia-lético. Este método, o dialético, é o caminho que a totalidade realiza em si mesma: dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes.

Para Hegel, definitivamente, a dialética é uma: a dialética da natureza, do espírito na história e na história da filosofia. O absoluto que se manifesta primeiramente como o absolutamente indeterminado em-si, o ser, percorre um caminho impulsionado pelo movimento dialético; este caminho é único; o método é o próprio caminho: percorrido por um astro, por uma planta, pelo homem como história ou como saber absoluto. Na imanência da subjetividade absoluta do espírito, toda

dialética é una. Toda dialética, porém, e é mais grave, tem como fundamento a identidade do ser e a totalidade, isto é, o movimento dialético é o desenvolvimento de "o mesmo" (DUSSEL, 1986, p. 215).

Diferentemente do método dialético, a analética faz-se como a passagem ao justo crescimento da totalidade desde o outro, existindo para contribuir criativamente com a libertação dos oprimidos. "Trata-se agora de um método que parte do outro enquanto livre, como um além do sistema da totalidade; que parte, então, de sua palavra, da revelação do outro e que confiado em sua palavra, atua, trabalha, serve, cria." (DUSSEL, 1996, p. 196). O pensamento Latino-Americano responde ao totalitarismo epistemológico com um método que parte do rosto sensível do outro, e ao nascer fora do eixo ontológico, o pensamento analético cumpriu o desejo que outrora Proudhon ensejou ter escrito acerca da miséria da filosofia. Aqui nos trópicos, na terra dos índios que andam pelados, na miséria absoluta do "não-ser", ocorre a transformação absurda da miséria em riqueza. Deixando de ser potência, a *práxis* analética desenvolvida por Dussel (1986), faz eco também ao que Feuerbach escreveu sobre a "verdadeira dialética", ou seja, genuína é aquela ciência que parte do diálogo com o outro, não do pensador ensimesmado geográfica e existencialmente.

Como dito acima, o método analético provém do pensamento Latino-Americano e marca um novo estágio da história do pensamento humano,

um momento analógico que nasce após a modernidade europeia, russa ou norte-americana, mas antecedendo a filosofia africana e asiática pós-moderna, que constituem uma organização dos povos subalternos, um pensamento de libertação humano-mundial, não no sentido unívoco hegeliano, mas no de uma humanidade analógica, onde

cada pessoa, cada povo ou nação, cada cultura possa expressar o que lhes é próprio na universalidade analógica que não é nem universalidade abstrata (totalitarismo de um particularismo abusivamente universalizado), nem a universalidade concreta (consumação unívoca da dominação). (DUSSEL, 1986, p. 197).

A matriz metodológica da analética se organiza desde a condição subalterna, não apenas a existente na América Latina, mas também no mundo Árabe, na África negra e nas demais periferias globais. Desde meados do século XX o mundo tem assistido um levante subalterno em escala nunca vista, encontrando referência nas lutas anticoloniais na Índia, em Cuba, no Vietnã, em Moçambique, na Argélia, em Angola, a *Revolta de Chiapas* no México no ano de 1994 e a resistência persistente da Palestina.

A posição da Europa em vista de seu universalismo cêntrico e de sua pretensa superioridade cultural revela na verdade um sistema que pode ser caracterizado como tautológico, aquela forma de existir que não apresenta saídas à sua própria lógica interna. Presa em si mesma e desdenhando dos pressupostos epistemológicos do pensamento Latino-Americano por se apresentar como inautêntico, o pensamento euro centrado faz troça do "pensar" do "não-ser", pois crê que tudo o que este "não-ser" diz é falso.

Esse solilóquio da episteme moderna, de seu modo reducionista, promoveu mundo afora epistemicídios que afetaram populações inteiras, no entanto, a analética se mostra justamente como um método do pensamento bárbaro, uma filosofia que surgiu a partir do "não-ser". Por essa des-razão, por romper com o paradigma hegemônico, a filosofia latino-americana se encontra mais além da totalidade europeia, moderna e dominadora; é uma filosofia do futuro, é mundial, pós-moderna e de libertação. "É a quarta idade da filosofia e a primeira idade antropológica: deixamos para trás a fisio-logia grega, a teo-

logia medieval, a logo-logia moderna, assumindo-as, porém, numa realidade que a todas explica.” (DUSSEL, 1986, p. 213).

Como próprio do método analético é sua expressão intrinsecamente ética e não meramente teórica, “isto é, a aceitação do outro como outro significa já um opção ética, uma escolha e um compromisso moral: é necessário negar-se como totalidade, afirmar-se como finito” (DUSSEL, 1986, p. 198). A opção pela analética é caminhar na exposição de um pensamento comum, popular, dos demais, dos oprimidos, daqueles que se encontram fora dos sistemas hegemônicos (econômico, político, epistemológico). O ensinamento metodológico dusseliano está no poder aprender com o comum, cabendo ao pensador analético ou ético, um descer de sua situação cultural acadêmica e universitária para *saber-ouvir* a voz que vem de mais além, do alto (aná), da exterioridade da dominação. Uma vez a investigação analética situada no face a face, no *ethos* da libertação, o problema a ser desdobrado ou tema a ser interpretado ser-lhe-ão dados na história do processo concreto da própria libertação. Tais problemas e temas não podem ser lidos nos livros, nem podem ser contemplados nos quadros ou vistos pelos olhos dos outros. São escutados no campo cotidiano da história, do trabalho, e ainda no campo de batalha da libertação. Para Dussel, o *saber-ouvir* é o momento constitutivo do próprio método; é o momento discipular do intelectual orgânico, - seguindo concepção gramsciana – que tem as condições e a possibilidade de *saber-interpretar* para *saber-servir*.

Finalizando a argumentação metodológica, os procedimentos da pesquisa constituem-se enquanto analítica que parte da cotidianidade ôntica, dirigindo-se dialética e analeticamente em busca do fundamento da governação. Após demonstrar cientificamente, epistemática e apoditicamente o

quadro referencial desde o “rostos” ôntico do outro, o artigo se faz ético em nível fundamental e político na medida em que relança a partir de um fundamento eticamente estabelecido as possibilidades como *práxis* analética que transpassa a ordem política e ontológica e se adianta como “serviço na justiça”.

Bug representativo

Esta reflexão parte da concepção participativa e não elitista da Democracia, desdobrando-se com atenção à conjuntura e buscando alternativas de respostas às inquietações dos rumos políticos da atualidade. O ceticismo sobre a Democracia ocidental ganha força na conjuntura internacional e é amparado pela onda fascista nos estados nacionais.

A consideração aqui encampada leva em questão a influência que a Teoria da Democracia deliberativa de inspiração euro / americana tem na atualidade, uma vez que esta não se configura como uma opção desde o ponto de vista do Sul global. Seguindo Dussel, o diagnóstico da modernidade efetuado por Habermas é parcial e provinciano, de modo que a “sua tentativa de crítica ou plena realização é igualmente unilateral e parcialmente falsa.” (DUSSEL, 1993). Este arcabouço teórico habermasiano é aquele que ampara o modelo de representação política em decadência, sustentado de longa data pela linhagem ilustrada desde Hegel.

Ao buscar as raízes do projeto da modernidade na Ilustração principalmente em Kant e Hegel, Habermas produz sua teoria desde um ponto de vista eurocêntrico, defendendo que a subjetividade da Modernidade se caracteriza enquanto fenômeno só e exclusivamente europeu, na medida em que os eventos determinantes para seu advento foram a Reforma Protestante, a

Ilustração e a Revolução Francesa. Para que não reste dúvidas sobre dúvidas acerca da presumida centralidade europeia, leia-se o que diz Hegel e qual inspiração provisiona para seus continuadores:

O espírito germânico é o Espírito do Novo Mundo, cujo fim é a realização da verdade absoluta como autodeterminação infinita da liberdade, que tem por conteúdo sua própria forma absoluta. O princípio do Império germânico deve ser ajustado ao modelo cristão. O destino dos povos germânicos é fornecer os portadores do Princípio cristão. (HEGEL, Apud, DUSSEL, 1993, p. 21).

A ilustração moderna parte de premissas absolutas que não pressupõem a co-presença, dando vazão ao Estado como objetificação do poder soberano e aplicador do cristianismo de guerra, que na invasão das Índias orientais subjuguou terras livres em 1492. No ano do encobrimento do “outro”, o braço armado do “penso, logo existo” distribui violência contra todos, promovendo genocídio de populações; além de estupros, roubos, assassinatos, destruição de objetos sagrados, infanticídio, sequestro, cárcere privado e tortura. A guerra absoluta, o modo absoluto de ser e existir se fez marca indelével dos colonizadores espanhóis e portugueses em terras futuramente latino-americanas. Como prova da insaciedade dos europeus e seu des-controle absoluto frente à metais preciosos em abundância, estudos atuais de antropologia reversa tem recuperado o que pode ser considerado como uma metafísica bárbara³.

³ Sobre a tragédia humana e cosmológica que representa para os índios Yanomami a espantosa destruição de seu ambiente pela atividade garimpeira considera-se além de (KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce., 2015), também, ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza.** Série Antropologia, Brasília: 1995.

O tempo de dominação, de aplicação dos princípios colonizadores refletiu uma ciência que controla o verdadeiro e o falso, que classifica seres humanos em raças e tipifica formas de existir como abjetas e sujeitas ao extermínio total. Os debates atuais sobre os efeitos nefastos da colonialidade do poder e da classificação social, tem partido analiticamente da situação própria do subalterno, questionando a naturalização das experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial. Anibal Quijano abre caminho e sustenta num diálogo com a tradição de Marx, uma interpretação epistêmica da situação de dominação que ainda vigora no Sul global. A tese principal do pensador latino-americano está na destruição da colonialidade do poder enquanto relação de exploração; cabe citá-lo na integralidade:

Hoje, a luta contra a exploração/dominação implica, sem dúvida, em primeiro lugar, o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. Essa luta é parte da destruição do poder capitalista, por ser hoje a trama viva de todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e inter-subjectivas. O lugar central da 'corporeidade' neste plano leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para a sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, do poder, de todo o poder. E a experiência histórica até aqui aponta para que há outro caminho senão a socialização radical do poder para chegar a esse resultado. Isso significa a devolução aos próprios indivíduos, de modo direto e imediato, do controle das instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade e autoridade. (QUIJANO, 2009, p. 113-114).

Como dito anteriormente, a imposição do pensamento único, eurocentrado, destruiu formas diversas de expressão mental, de línguas e costumes. Formas de autodeterminação foram liquidadas ao gosto da tirania, que impôs o modo da cidade europeia em oposição ao da aldeia e das grandes cidades Astecas, Maias e Incas. A análise da história da emancipação humana inserido no processo da racionalização da sociedade moderna deve levar em consideração a série de atos e consequências, sujeitos e ações, que em cadeia por toda a história cometeram atos contra povos e civilizações não hegemônicas. Cabe neste momento indicar o que pensava um dos epígonos da filosofia alemã acerca dos povos colonizados e apresentar os fios condutores do pensamento que se tornou *práxis*.

A África é em geral uma terra fechada, e conserva este seu caráter fundamental. Entre os negros é realmente característico o fato de que sua consciência não chegou ainda à intuição de nenhuma objetividade, como, por exemplo, Deus, a lei, na qual o homem está em relação com sua vontade e tem de sua essência (...) é um homem em estado bruto. (HEGEL, Apud, DUSSEL, 1993, p. 19).

Este modo de ser dos africanos explica o fato de eles serem tão extraordinariamente facilmente fanatizados. O Reino do Espírito entre eles é tão pobre e o Espírito tão intenso que basta uma representação que lhes é inculcada para levá-los a não respeitar nada, a destruir tudo (...). A África (...) não tem propriamente história. Por isso abandonamos a África para não mencioná-la mais. Não é uma parte do mundo histórico, não representa um movimento nem um desenvolvimento histórico (...). O que entendemos propriamente por África é algo isolado em sem história, sumido ainda por completo no espírito natural, e que só pode ser mencionado aqui, no umbral da história universal. (HEGEL, Apud, DUSSEL, 1993, p. 20).

No processo de constituição de si, o poder Moderno em relação ao modo teológico que o antecedeu, avançou, conciliando-se em determinado ponto com a tradição anterior, negando em um ou outro e ressignificando o que lhe beneficiava. A representação política no medievo promovia certo involucro nos entes representativos; como que uma aura, uma liturgia, uma intencionalidade religiosa que eram prepostos nas relações sociais.⁴ Essa obstinada negação do uso amplo e irrestrito da coisa pública quando da secularização promovida pela “Razão Moderna” não se deu na plenitude, ou seja; por ser burguesa, a mesma Moderna manteve-se como potência separada, de modo que na Modernidade esta aura fora depositada nos totens cívicos como a Democracia, o Direito, a Razão, o Absoluto, o Espírito e outros.

No plano dos arranjos políticos da Modernidade, o poder fora dividido e organizado partindo da unicidade do poder soberano do Executor hobbesiano, passando pelo papel do Parlamento em John Locke e alcançando uma forma mais acabada como a inspiração trinar de Montesquieu. O Estado mantido fiel a esta linhagem, nessa maneira tradicional de Democracia parlamentar não atende às demandas do presente quiçá às do futuro. Este modo político reverberador de cultura da representação personalista e patrimonialista é um artifício das elites econômicas e políticas para se manterem nas estruturas de dominação das sociedades. Numa Democracia elitista como é o caso brasileiro, o político-parlamentar se mostra entrópico, não como um político na acepção correta do termo, uma vez que formando bancadas e grupos operam na ótica dos interesses privados e da corrupção.

⁴ Um exemplo paradigmático acerca da permanência destes privilégios é a transmutação que aquela aura, aquele manto sobrenatural desdobrou nos atuais foros privilegiados.

O propósito desta recuperação histórica da formação do discurso moderno enceta reiterar *o modus vivendis* deste paradigma, qual seja, a modernidade passa a existir quando a Europa se posiciona como “centro” da “História Mundial”, inaugurando com isso a “periferia” do todo; ou seja, a “periferia” é parte da definição própria do centro (DUSSEL, 1993). A asfixia provocada por este poder ególatra tem seu ponto de “excelência” nos 300 anos de escravidão de negros e índios que foram traficados como a verdadeira força motriz da Revolução Industrial, uma vez que a quantidade imensa de metais preciosos como ouro e prata enviados para Europa foram o lastro fundamental para o levante industrializador mundial e a consolidação da Democracia: liberal, capitalista, excludente e corrompida.

Faz-se urgente a profanação desta forma elitista de Democracia, uma vez que sua restrição à ampla participação popular evidencia sua impropriedade.

Se hoje os consumidores na sociedade de massas são infelizes, não é só porque consomem objetos que incorporaram em si a própria não usabilidade, mas também e sobretudo porque acreditam que exercem o seu direito de propriedade sobre os mesmos, porque se tornaram incapazes de os profanar. (AGAMBEN, 2007, p. 72-73).

Importante desenvolver junto com o filósofo Italiano, uma precisa distinção entre secularização e profanação.

De forma objetiva, *secularização* é uma ação de remoção que mantém intactas as forças atuantes, restringindo a deslocar o poder de um lugar para outro. Deste modo, a secularização política de conceitos teológicos como a transcendência de Deus enquanto paradigma do poder soberano limita-se

enquanto movimento a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, no entanto, intacto o seu poder.

A *profanação*, por outro lado, implica numa neutralização dos sinais diacríticos de ostentação e exercício de dominação. O ato profanador contribui para que depois de seu exercício o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso comum.

Ambas as operações são políticas, mas a primeira tem a ver com o exercício do poder, o que é assegurado remetendo-o a um modelo sagrado / secular; a segunda operação, a profanadora, desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso os “espaços que ele havia confiscado.” (AGAMBEN, 2007, p. 68). A coisa pública não deve ter aura e não há escolhidos para executar tal ofício, portanto, se tornou imperativo profanar a Democracia em seu modo atual, ponderando procedimentos especiais que lhe garantam processos mais descentralizados. Como anteriormente visto, profanar significa restituir ao uso comum o que havia sido separado na esfera do intocável, daquele lugar onde apenas os iniciados podem contemplar. Uma forma de governo que apesar de ser hegemônica não deve ser improfanável, pelo contrário, a Democracia deve ser despida em praça pública, tocada por todos e visada em todos os ângulos. A cobertura com o véu, a redução de sua substância em palácios e em comissões do Congresso Nacional denotam a impossibilidade de se usar o que se tem. A Democracia neste modo de “ser” tem o seu lugar tópico no museu.

A museificação do mundo é atualmente um fato. Uma após outra, progressivamente, as potências espirituais que definiam a vida dos homens – a justiça, a filosofia, a dignidade e a política – retiraram-se, uma a uma, docilmente para o museu. “Museu não designa, nesse caso, um lugar ou espaço físico determinado, mas a dimensão separada para a qual se transfere o que há

um tempo era percebido como verdadeiro e decisivo, e agora já não é". (AGAMBEN, 2007, p. 73).

Tudo pode se tornar um objeto de museu, principalmente porque esse termo indica simplesmente o reconhecimento da impossibilidade de ser usado, aquilo que se experimenta formal e à distância, tanto temporal quanto espacialmente. Contrário à tese do embalsamamento, as práticas realmente democráticas devem ser reelaboradas para enfrentar os novos desafios que se apresentam de modo a permitir sua expansão, partindo das margens, dos comuns. Para um novo tempo, deve-se pressupor formas políticas que articulem o pluralismo cultural e as complexidades sociais, atento aos preconceitos e as ideologias em tensão na comunidade, para a partir daí encaminhar um novo entendimento de maneiras em que a participação democrática possa ser ampliada e atender as necessidades das sociedades Transmodernas.

Quem precisa de representante?

O debate político atualmente tem incitando a reflexão sobre a possibilidade de um processo público de institucionalização da Democracia deliberativa, experiência que possa ocorrer de modo que os participantes em atividades conjuntas consigam reconhecerem-se a si mesmos como influenciadores e contribuintes do processo político. De maneira geral, o local da Democracia deliberativa têm sido os fóruns entre o Estado e a Sociedade, como os conselhos populares e o orçamento participativo na experiência brasileira.

No contexto das novas transformações tecnológicas, os arranjos deliberativos tendem a demonstrar características fundamentais para o

exercício participativo. Apesar de participação e deliberação não serem sinônimos, parece interessante o fato de todos os arranjos deliberativos se constituírem em formas ampliadas de participação.

[Uma vez que] os atores trazem para os arranjos participativos razões anteriormente não contempladas pelas decisões estatais. (...) O que os torna mais democráticos que os arranjos estatais baseados na aferição de interesses, via formação de maiorias eleitorais, é a presença permanente de espaço para a manifestação de interesses minoritários ou para a justificação de uma ação estatal em favor de um interesse determinado. (AVRITZER, 2000, p. 43).

Outro ponto de destaque dos arranjos deliberativos está na maneira de apropriação e utilização da informação pelos atores sociais, fato que gera uma modificação à maneira usual de seu tratamento. Premida entre o Estado e o Mercado num arranjo decisionístico, as informações construídas por estes dois atores demonstram-se insuficientes para a tomada de decisões coletivas, portanto, "é preciso que os atores sociais tragam informações para que a deliberação contemple plenamente os problemas políticos envolvidos. (...) [uma vez que] os arranjos deliberativos presumem que as informações ou soluções mais adequadas não são *a priori* detidas por nenhum dos atores e necessitam serem construídas coletivamente." (AVRITZER, 2000, p. 44). Outra característica dos chamados arranjos deliberativos está na ideia de que a inovação institucional depende da capacidade de experimentar e partilhar resultados. De acordo com essa concepção, a racionalidade ou a eficiência é gerada de forma descentralizada e *a posteriori* por múltiplos experimentos. Nesse sentido, o elemento central dos arranjos deliberativos passa a ser sua diversidade e não a sua unidade.

Política Transmoderna

Em face da novidade política que o tema deste artigo comporta, a sua tradução inicial num artigo científico não pode deixar de se apresentar difícil. Assim, após a leitura conjuntural dos aspectos epistêmicos e políticos, a reflexão se encaminha na exposição de dois pontos básicos:

I – Técnica - Refletir sobre como a plataforma virtual – *Ubuntu – Linux*, se configura como câmbio possível de socialização da informação e de experimentação autogestionária que permite o acomodamento da diferença em novos arranjos ciber políticos;

II – Política – Apresentar alternativas de auto-governança que almejam superar a forma e o conteúdo dos processos políticos usuais. A experiência visada é a do Fórum Social Mundial e sua política cosmopolita, subalterna, ecológica e insurgente do sul global.

[*I – Técnica*] Em convergência com a assertiva acerca da necessidade de inovação participativa pelos meios afins à realidade da conjuntura, cabe explanar neste estágio o meio hipotético que se projeta capaz de conectar sujeitos, de maneira tal que os resultados das suas ações podem gerar modificações na cultura política desde o local.

A plataforma web *Ubuntu – Linux* se configura como artifício mediador por se mostrar acomodado no novo pluralismo próprio às sociedades democráticas do século XXI. A utilização deste recurso se dá em vista de suas propriedades em ser uma plataforma web livre. Por ser em código aberto, um grupo de especialistas ou até mesmo um bom conhecedor em programação consegue identificar uma funcionalidade e aplicá-la como sua própria rede. Ao ser testado de maneira aberta, algo impossível em outras plataformas como o

Windows da Microsoft, o Ubuntu – Linux tem suas funcionalidades desenvolvidas e focadas no compartilhamento de conteúdo e no estabelecimento de um ambiente de interação otimizado por interesses comuns.

A base para o desenvolvimento de uma rede política democrática converge com os princípios do software livre, que além de defender a infoinclusão apresenta seu ecossistema de colaboração que serve como *background* para ações políticas variadas. A inspiração do *Linux* como pode ser verificada nas palavras de seus criadores distingue-se do *modus operandis* do grupo mercadologicamente agressivo.

No caso de um sistema operacional, o código-fonte – as instruções de programação implícitas no sistema – é livre. Qualquer pessoa pode melhorá-lo, transformá-lo, explorá-lo. Porém, essas melhorias, transformações e explorações precisam ser disponibilizadas livremente. Pense Zen. O projeto não pertence a ninguém e pertence a todos. Ao abri-lo a todos, há um aperfeiçoamento rápido e contínuo. Com equipes de colaboradores trabalhando em paralelo, os resultados podem acontecer muito mais depressa e com muito mais sucesso do que se estivessem sendo conduzidos a portas fechadas. (TORVALDS; DIAMOND, 2001, p. 261).

As consequências do advento do ciberespaço são inumeráveis, suas vantagens e desvantagens na aplicação do interesse comum devem ser averiguadas, debatidas e quando possíveis antevistas pela comunidade científica. Assim, cumpre aqui refletir sobre as alternativas com prática de autogestão desenvolvidas por comunidades e grupos que buscam inovar em experiências democratizantes.

A presente reflexão pondera no auge da explosão da internet e do pleno avanço das tecnologias. A onipresença dos dispositivos eletrônicos é a realidade tangível, seu aumento em um movimento frenético têm os tornados extensões do corpo humano. É evidente que o melhoramento das interfaces figuram cada vez mais simples e funcionais, transformando os recursos contemporâneos, de modo que não é necessário ser um especialista para visualizar um futuro próximo onde ninguém vai mais tocar a tela, uma vez que será possível sem ao menos piscar para conectar-se via aplicativos ao ciberespaço. A profusão de protocolos e processos faz circular na invisível nuvem de relações uma nova concepção de tempo e de espaço, de maneira que a distância entre a pessoa e o dispositivo, representado pelo toque físico tende a diminuir, quiçá desaparecer, fazendo com que este intermédio que hoje está entre o corpo e o ciber diminua cada vez mais.

Para sumarizar a questão do desenvolvimento cibernético, da modelagem computacional, da linguagem de programação, e tudo o mais que os tangencia; para esse enfrentamento, para se colocar em prática uma experiência que efetive por meio da web um processo sociopolítico, que seja colaborativo e/ou deliberativo devem-se conhecer as experiências primárias dessa relação para instrumentalizar *a posteriori* comunidades em seus processos de modo que as ações experienciadas superem as formas tradicionais de participação política. Como sugestão articuladora para se desenvolver a *práxis* transformadora são as parcerias com os inumeráveis Laboratórios Livres distribuídos de forma planetária e que são geridos desde o *ethos* do compartilhamento (figura 1).

Figura 1: Mapa mundial dos processos alternativos de participação



Fonte: <https://oidp.empatia-project.eu/?platform=hootsuite#>

Nestes ditos *Labs*, ocorre a reunião de ativistas e programadores para a construção de tecnologias que combinam saberes políticos com a cultura hacker, operando numa ação coordenada para democratizar e qualificar o desenvolvimento de *apps* livres de participação social. Tais coletivos se articulam aos movimentos sociais e grupos identitários no sentido de oferecer alternativas à dinâmica do poder em voga com uma ação coletiva autônoma e pressuposta numa governação distinta à neoliberal. A excelência de parcerias com os *Labs* está no fato destes oferecerem modelos matemáticos e técnicas da computação à análise, possibilitando a compreensão e o estudo da fenomenologia dos problemas complexos. Ademais, destaca-se que tais arranjos necessariamente precisam ocorrer fora do campo do Estado, em um espaço conquistado pelos agentes sociais de modo a dar aos processos políticos a flexibilidade que eles requerem.

[II – *Política*] Com o notório esfacelamento do contrato social enquanto hipótese genealógica da sociedade política moderna, Santos (2010) dimensiona

algumas das características presentes na ação cosmopolita subalterna que visa a reconstrução do espaço-tempo da deliberação democrática. Na avaliação do sociólogo português, o sentido último dessa exigência é a construção coletiva de uma nova relação, diferentemente dos pressupostos do contrato em decadência, o que se sugere é uma ação mais inclusiva porque deve abranger não apenas o ser humano e os grupos sociais, mas também a natureza. Fundamental que este movimento seja intercultural e que a inclusão se efetive tanto por critérios de igualdade como por critérios de diferença. Outro dado de relevância que deve estar presente na nova ordem espaço-temporal de deliberação democrática é que este não deve confinar-se ao aspecto puramente nacional-estatal, mas deve incluir o local, o regional e o global.

As relações de poder instituídas nas sociedades modernas está equilibrada no binômio Estado e Mercado, situação onde o princípio da comunidade, “assente na obrigação política horizontal cidadão a cidadão, foi totalmente descaracterizado na medida em que o reconhecimento político da cooperação e da solidariedade entre cidadãos foram restringidos às formas de cooperação e solidariedade mediadas pelo Estado” (SANTOS, 2010, p. 342). Além dessa dicotomia arbitrária, o cenário de agentes políticos influentes na agenda internacional e nacional tem ganhado contornos distintos na divisão do poder mundial.

Nas sociedades Transmodernas o reconhecimento das forças em tensão deve ser projetada numa equação social onde um novo quociente altera a divisão de poder. Os novos personagens que entraram em cena como alternativa ao isolamento do indivíduo face ao Estado e à organização capitalista da produção e da sociedade são os oprimidos de todas as periferias. Como entidades representativas da luta subalterna cita-se nominalmente os

três períodos fundamentais que passam pelas a) guerras anticoloniais (1950/1980); b) o surgimento dos movimentos sociais (1980/2000) como as cooperativas, as organizações não-governamentais – ONGs, as organizações de identidade, associações mutualistas e não-lucrativas, as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCs; e c) os anos iniciais do século XXI contabilizaram respeitáveis insurgências populares, podendo-se assinalar, em recortes geográficos específicos, o Levante indígena em Chiapas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, a Primavera Árabe, os movimentos *Occupy*⁵, os protestos que ocorrem durante as reuniões da Organização Mundial do Comércio – OMC e do G7 grupo dos sete países mais ricos.

De forma geral, considerando as diferenças e as singularidades destas organizações e lutas em sua distribuição mundial, há elementos em comum neste mosaico de forças insurgentes para além de operarem articulados desde a base local.

O vetor principal e elo determinante que dinamiza a unidade deste *Cosmopolitismo Subalterno* é a ideia e a prática da autonomia associativa “É ela que organiza e articula todos os outros vetores normativos do movimento como sejam a ajuda mútua, a cooperação, a solidariedade, a confiança, a educação para formas alternativas de produção, de consumo e, afinal, de vida.” (SANTOS, 2010, p. 350). Como superação da fase estadocêntrica, da

⁵ Foram movimentos iniciados no final de 2011 nos EUA que protestavam contra a desigualdade econômica e social da sociedade americana. A influência deste movimento desdobrou em todo mundo ações de ocupação e pressão política. No site occupywallst.org, o movimento é descrito como de resistência e sem liderança, “com pessoas de muitas cores, gêneros e opiniões políticas. A única coisa que todos temos em comum é que *nós somos os 99%* que não vão mais tolerar a ganância e a corrupção de 1%. Estamos usando a tática revolucionária da *Primavera Árabe* para alcançar nossos fins e encorajar o uso da não violência para maximizar a segurança de todos os participantes. Este movimento #OWS dá poder a pessoas reais para criar uma mudança real, de baixo para cima. Queremos ver uma assembleia em todo quintal, toda esquina, porque nós não precisamos de Wall Street e não precisamos de políticos para construir uma sociedade melhor”.

modernidade do poder, o que se pode vislumbrar no horizonte político são outras histórias de governação, uma globalização contra-hegemônica, que se mostra ecológica, alternativa e solidária. O rompimento do paradigma de governança moderna ocorre com a novidade organizacional do *Fórum Social Mundial* que agindo contra hegemonicamente rejeita a forma dos partidos e dos sindicatos como agentes históricos exclusivos. O Fórum se articula enquanto novidade organizacional sem liderança centralizadora, num ordenamento diferente possibilitado pela internet e dinamizado pelas redes sociais sintetizam objetivos comum.

O *Fórum Social Mundial* é um novo fenômeno político. Não é aquilo que se chama um evento, nem uma mera sucessão de eventos, ainda que procure conferir alguma dramatização às reuniões formais que promove. Não é um congresso acadêmico, ainda que lá confluem os contributos de muitos acadêmicos. Não é um partido nem uma internacional de partidos, ainda que nele participem militantes e ativistas de muitos partidos de todo o mundo. Não é uma ONG nem uma confederação de organizações não-governamentais, ainda que sua origem e organização devam muito às organizações não governamentais. Não é um movimento social, ainda que muitos participantes lhe chamem o movimento dos movimentos. Apesar de se apresentar como agente de mudança social, o *Fórum Social Mundial* rejeita o conceito de um sujeito histórico privilegiado, o que equivale a dizer que não confere prioridade a nenhum ator social específico neste processo de mudança. Não obedece a nenhuma ideologia claramente definida, seja na definição do que rejeita, seja na daquilo que afirma. (SANTOS, 2010, p. 416)

Os agentes históricos reunidos, no que Dussel chama de bloco social dos oprimidos, lutam contra a continuação da estrutura política vigente que está associada à corrupção das elites locais e a manutenção das oligarquias políticas. O horizonte necessário aponta para a transformação da cultura política e para o reordenamento institucional. Segundo Dussel, não se toma o poder de alguém; o poder não se toma, mas sim se exerce delegadamente. Se se quer exercê-lo delegadamente de maneira obediencial, é fundamental transformar muitos dos momentos institucionais, uma vez que as instituições desenvolvidas para reproduzir a vida também têm seu momento de crise, corroídas pelo transcurso do tempo, sofrendo um natural processo entrópico de desgaste, de inversão de sentido. “De terem sido criadas para aumentar a vida, começam a ser parasitárias da vida e produzem morte; feitichizam-se. É tempo de transformá-las, substituí-las, criar novas instituições que respondam ao novo momento histórico da vida humana global”. (DUSSEL, 2007, p. 137-138).

Para a transformação das condições necessárias à reprodução material da vida ocorrer, para que se abra a possibilidade de ações que sejam legitimamente democráticas, que essas ações alcancem a eficiência instrumental desejada, é imponderável que as mesmas não se resumam apenas ao domínio da técnica ciber-administrativa. As instituições políticas não são eternas e sua diretiva desde o *ethos* moderno se exauriu, agora é o tempo de melhoramento, de substituição por um modo de vida que evoca uma ideia de ser distinta ao do pensamento moderno. Alternativas existem, como o que preceitua a Ubuntu enquanto conceito/modo de vida ético dos grupos que falam línguas Bantu na África. Essa prática enfatiza as alianças entre pessoas e a natureza cósmica, além de ser uma categoria epistêmica e ontológica fundamental do pensamento gestado no Sul Global. Profundamente marcado

pela incerteza, e por estar orientado pela busca da compreensão do cosmos em sua luta constante pela harmonia política, religiosa e ecológica; tal proposta uma vez encampada reorientará as práticas excludentes e nocivas à maioria das pessoas que se encontram às margens das sociedades.

Considerações finais

Partindo do aceite comum que as centenas de milhares, ou milhões de pessoas que compõem as sociedades políticas atuais são seus cidadãos, sua comunidade política, seu povo; é pressuposto que a autonomia e a autoridade sejam outorgadas pela participação ampla e cidadã. Encerra-se, por fim, acompanhando Walter Dignolo (2014), que em sua obra *Desobediência Epistêmica*, pondera que a geopolítica concebida por Dussel em sua original Filosofia da Libertação (1977) pode e deve ser compreendida hoje como um manifesto do desprendimento epistêmico: não se tratando somente de um pensamento para a libertação em relação a biopolítica estatal que pressupõe um modo de ser a favor da sujeição do outro nos moldes da modernidade. O que há no conjunto da obra de Enrique Dussel é fundamentalmente uma proposta de libertação não apenas dos oprimidos, mas também dos opressores e de suas instituições.

Dussel gerou uma ruptura paradigmática no campo amplo das ciências, da ética, da filosofia e da política. Com esse pensamento de libertação e acreditando que no futuro será possível ter em segundos a opinião da totalidade da cidadania; a revolução causada pela internet, a governação eletrônica e a participação, num curto prazo de tempo tendem a aumentar, generalizando-se por todas as camadas institucionais. Num horizonte genuinamente democrático, as novas tecnologias articuladas a uma nova

cultura política é o que substancializará uma sociedade politicamente ecológica, inclusiva, com justiça social e autogestora.

Referências

AVRITZER, Leonardo (Org.). **A moralidade da Democracia**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Cosac Naif, 2011.

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do drone**. São Paulo: Cosac Naif, 2015.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

_____. **Método para uma filosofia da libertação: superação analética da dialética hegeliana**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

_____. **1492 O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **20 Teses de política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Trad. B. Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica:** retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

QUIJANO. Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula. (orgs). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edições Almedina, 2009. Capítulo 2.

SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula. (orgs). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

TORVALDS, Linus; DIAMOND, David. **Só por prazer:** Linux os bastidores da sua criação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAMOSE. Mogobe B. **Globalização e Ubuntu.** In: SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula. (orgs). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edições Almedina, 2009. Capítulo 4.